

Dossiê: O dia que mudou o mundo?  
O 11 de Setembro 20 anos depois

<http://dx.doi.org/10.34019/2594-8296.2021.v27.33471>

**O 11 de setembro como marco simbólico do revisionismo histórico à direita:  
“guerra cultural”, elitismo e geopolítica civilizacional**

*September 11 as a symbolic milestone of historical revisionism on the right:  
crisis of democracy, elitism, and civilizational geopolitics*

*El 11 de septiembre como hito simbólico del revisionismo histórico de la derecha:  
crisis de la democracia, elitismo y geopolítica civilizatoria*

*Francisco Thiago Rocha Vasconcelos\**  
<https://orcid.org/0000-0003-3807-3187>

*Silviana Fernandes Mariz\*\**  
<https://orcid.org/0000-0002-3561-2344>

RESUMO: Este artigo aborda o 11 de setembro como acontecimento que simboliza uma mudança no pensamento político de direita, a partir dos Estados Unidos, ao catalisar um conjunto de revisionismos negacionistas orientados no sentido de uma “geopolítica civilizacional” e de uma “guerra cultural”. O cerne desta mudança está na articulação entre três elementos principais: a tese do “choque de civilizações”; os significados elitistas presentes no neoliberalismo sobre a natureza da democracia; e as vertentes da “Escola Tradicionalista”, que dialoga com experiências autoritárias passadas e presentes da direita em reação à modernidade e ao liberalismo.

Palavras-chave: 11 de setembro. Choque de civilizações. Tradicionalismo. Negacionismo.

---

\* Professor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab), no Ceará. Cursos: Licenciatura em Sociologia e Bacharelado em Humanidades. Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Doutor em Sociologia (USP); Mestre em Sociologia (UFC); Bacharel em Ciências Sociais (UFC). Atua principalmente nos seguintes temas: violência, criminalidade, segurança pública, sociologia política, sociologia dos intelectuais e do conhecimento científico. E-mail: fvasconcelos@unilab.edu.br.

\*\* Professora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab), no Ceará. Cursos: Licenciatura em História e Bacharelado em Humanidades. doutora em Educação (UFC); mestre em História (UFC) e licenciada em História (UFC) e Letras/Inglês (UECE). Temas de interesse: Formação do Mundo Moderno; História do Pensamento Racial Brasileiro; História das Prisões; Estudos de Gêneros e Sexualidades na História; Ensino de História; Formação e Prática Docente; Políticas e Gestão da Educação Superior. Coordenadora do Grupo de Estudo e Pesquisa “Gêneros e Sexualidades na História”. E-mail: silviana\_mariz@unilab.edu.br.

ABSTRACT: This article addresses September 11 as an event that symbolizes a shift in right-wing political thought, starting from the United States, by catalyzing a set of denialist revisionisms oriented towards a “geopolitics of civilizations “ and a “cultural war”. The core of this shift lies in the articulation between three main elements: the “clash of civilizations” thesis; the elitist meanings present in neoliberalism about the nature of democracy; and the strands of the “Traditionalist School,” which dialogues with past and present authoritarian experiences of the right in reaction to modernity and liberalism.

Keywords: September 11. Clash of civilizations. Traditionalism. Denialism.

RESUMEN: Este artículo aborda el 11 de septiembre como un acontecimiento que simboliza un cambio en el pensamiento político de la derecha, a partir de Estados Unidos, al catalizar un conjunto de revisionismos negacionistas orientados hacia una “geopolítica de la civilización” y una “guerra cultural”. El núcleo de este cambio radica en la articulación entre tres elementos principales: la tesis del “choque de civilizaciones”; los significados elitistas presentes en el neoliberalismo sobre la naturaleza de la democracia; y las vertientes de la “Escuela Tradicionalista”, que dialoga con las experiencias autoritarias pasadas y presentes de la derecha en reacción a la modernidad y el liberalismo.

Palabras clave: 11 de septiembre. Choque de civilizaciones. Tradicionalismo. Negacionismo.

### Como citar este artigo:

Vasconcelos, Francisco Thiago Rocha; Mariz, Silvana Fernandes . “O 11 de setembro como marco simbólico do revisionismo histórico à direita: ‘guerra cultural’, elitismo e geopolítica civilizacional”. *Locus: Revista de História*, 27, n.2 (2021): 74-97.

\*\*\*

### Introdução

O século XX, sobretudo após a 2ª Guerra Mundial, é marcado por um robusto movimento de renovação intelectual em diferentes campos de conhecimento das humanidades, com a inauguração de estudos numa perspectiva “vista de baixo” ou dos excluídos<sup>1</sup> (Perrot 2017), associados à crítica de modelos autoritários de sociedade e, posteriormente, à emergência de autorias periféricas dos “Estudos Pós-Coloniais”<sup>2</sup>. Este intenso e articulado trabalho de produção

---

<sup>1</sup> A exemplo da História Social, na França, em torno da *Revue des Annales* e, na Inglaterra, a partir da *New Left Review*; além da Micro-História, da História do Cotidiano, da História Cultural e da História do Tempo Presente.

<sup>2</sup> Em seu interior se relacionam as produções do pensamento social africano e afro-diaspórico, o grupo sul-asiático dos Subaltern Studies, os Estudos Decoloniais latino-americanos, os Estudos Feministas Afroindígenas e as Epistemologias do Sul. Esse campo de estudos serviu de apoio à mobilização de movimentos sociais negros, feministas, LGBTQIA+, indígenas, quilombolas, e à criação de políticas públicas afirmativas que garantiram ocupação de espaços na sociedade, reconhecimento de identidades e de direitos.

de conhecimento foi responsável por ressignificar, por exemplo, as relações entre emancipação, direitos humanos, civilização, escravidão e colonização, que embasam as narrativas hegemônicas sobre os caminhos da modernidade, reescrevendo a história ocidental em seus principais eixos explicativos.

À medida que este campo intelectual das Humanidades foi se consolidando, cada vez mais foram sendo gestadas reações advindas de grupos identificados com a agenda conservadora, política e moralmente à direita. Como exemplos, citamos o conjunto de revisionismos, de natureza negacionista, que são, em grande parte, uma reação à saída da História dos trilhos da narrativa convencional do heroísmo ocidental euro-americano. É o caso da emergência de narrativas sobre a geopolítica contemporânea como “guerra cultural”<sup>3</sup> entre as civilizações, cristã e islâmica; sobre a revitalização de ancestralidades nacionalistas e/ou étnicorraciais brancas contra migrantes “latinos”, árabes e negros; sobre a afirmação dos símbolos e performances de virilidade; e, ainda, sobre a substituição da ciência por mitologias e teorias das conspirações.

Disputas narrativas a partir do passado são práticas corriqueiras no campo das Humanidades, contudo, elas têm extrapolado as balizas de discussão do campo acadêmico e trafegado em uma esfera pública difusa, interconectada e mobilizada para o confronto e para a diluição da ciência em ideologia, lançando desafios éticos e políticos. Um momento crucial para a diluição das fronteiras entre conhecimento especializado, esfera pública e teorias conspiratórias, foi o 11 de setembro de 2001, representativo para a atualização e a expansão das escolas de pensamento revisionistas à direita, de caráter marcadamente negacionista, que desde a 2ª guerra mundial estavam reunidas de forma esparsa em círculos marginais de pensamento estratégico ou mesmo religiosos e esotéricos.

Não se trata, entretanto, de um movimento automático e cronológico. O 11 de setembro é tratado, aqui, como o conjunto de acontecimentos que interligam os ataques aos Estados Unidos à guerra do Iraque e do Afeganistão (entendidos como marco simbólico da convergência entre um pensamento geopolítico civilizacional a respeito da crise ou decadência do “Ocidente judaico-

---

<sup>3</sup> A expressão “guerra cultural” é utilizada neste artigo como um conceito “nativo” que expressa o sentido de uma tática *sui generis* de disputa por hegemonia na sociedade civil, desenvolvida por uma apropriação do legado de Antonio Gramsci a partir da extrema direita ou direita iliberal francesa, deitando raízes especialmente na produção de Alain de Benoist e seu “gramscismo de direita” (Benoist 1979; 1982; cf. também <https://jacobin.com.br/2020/04/os-inimigos-de-gramsci/>). A origem da expressão é antiga e controversa, mas se popularizou a partir dos Estados Unidos através da publicação de *Culture Wars*, de James Davison Hunter, em 1991, descrição do embate entre duas visões de mundo antagônicas: “uma conservadora (também chamada de ortodoxa ou tradicionalista), associada à direita política, e outra progressista, relacionada, predominantemente, às esquerdas, mas não só. A guerra cultural traz em seu bojo problemas de ordem social e moral que dizem respeito, por exemplo, à sexualidade, ao comportamento, à raça, à religiosidade etc., implicando ainda questões políticas e econômicas” (Santos 2021, 181). Para a utilização do conceito na realidade política brasileira, cf. Rocha 2021.

---

cristão” euro-americano, em elaboração desde a dissolução da URSS) e às teorias políticas iliberais (Mounk 2019) que ganharam força desde o fim do governo Bush, como reação à propostas políticas e culturais das esquerdas estadunidense e europeia. Nesta seara, embora existindo uma diversidade interna de pensamento entre os seus diferentes intérpretes e narradores, há um ponto em comum que não é ocultado: o da recusa do “fim da história” (Fukuyama 1989) e o argumento para uma política mundial organizada em torno do conflito entre civilizações.

A utilização da ideia de *civilização* como critério distintivo das divisões políticas é expressão de valores culturais pertinentes à direita (neo)conservadora estadunidense que se enxerga ameaçada étnica, cultural e politicamente pela imigração “latina”, pelo cosmopolitismo das esquerdas liberais (associado à afirmação dos movimentos sociais socialistas, feministas, negros e LBGTQIA+) e pelo terrorismo islâmico. Nesse cenário, a tese de Samuel Huntington sobre o “Choque de Civilizações” (1997) favoreceu uma conexão entre filosofias elitistas/aristocráticas (antes implícitas em teorias sobre a democracia neoliberal) (Miguel 2017; Augusto 2016; 2017), com as iniciativas culturais e políticas de direita (neo)conservadora, centrada na recuperação de valores antimodernos e antiliberais de base cultural e étnica. Os Estados Unidos, assumindo sua condição de maior espaço de liberdade de criação e associação para a direita neoliberal e conservadora ao longo do século XX, tornou-se, junto com Inglaterra, Rússia e França, um dos centros irradiadores de iniciativas que, através de táticas de “revisionismo” histórico e de “guerra cultural”, fundamentam formas de governos populistas de direita (Mounk 2019) em suas formas mais radicais, associados a movimentos “neofascistas”<sup>4</sup>.

O texto está dividido, além desta introdução e das considerações finais, em duas seções. Na primeira seção, analisamos as origens dos revisionismos negacionistas à direita, tendo como referência a realidade dos Estados Unidos e as relações entre anticomunismo, cristianismo conservador e o neoliberalismo de Ludwig von Mises e seus continuadores no pensamento econômico e político, como Friedrich Hayek, Milton Friedman e Joseph Schumpeter. Na segunda seção, abordamos os significados do 11 de setembro para o rearranjo desse acúmulo revisionista de ideias políticas, a partir da geopolítica civilizacional<sup>5</sup> de Samuel Huntington (1997) e dos

---

<sup>4</sup> No presente artigo não detalhamos a classificação dos vários novos movimentos de direita. Temos consciência que há várias formas de nomear os novos movimentos de direita - neofascismo, direita alternativa, tradicionalistas, neorreacionários, populistas de direita... - que envolvem divisões e controvérsias internas e externas, sobre as quais não há tanto consenso, e que estão em constante redefinição. Por isso, utilizamos da expressão extrema-direita e dos contornos gerais de algumas “escolas”, sem pretensão de exaustividade, apenas destacando o fato de que convergem para uma releitura da história em termos conservadores, antimodernos e iliberais/autoritários. No caso do tradicionalismo, por exemplo, temos consciência das controvérsias internas, que em parte buscam desqualificar os tradicionalistas afinados ao neoliberalismo, nexos central em nosso argumento. Mas não houve espaço para dissertar sobre esta controvérsia específica. A esse respeito, cf. Machado, 2019.

<sup>5</sup> Para uma compreensão das diferentes perspectivas sobre ordens geopolíticas, cf. Cairo 2008.

desenvolvimentos propostos pelos ditos Tradicionalistas, como Aleksandr Dugin, Steve Bannon e Olavo de Carvalho.

### Negacionismos como “guerra cultural”: a História transformada em Mito

Em *Os Assassinos da Memória*, Vidal-Naquet (1988), ao analisar obras que negam a ocorrência do Holocausto, identifica no caso Dreyfus<sup>6</sup> a nascente de uma prática de reescrita da história cujos autores autoidentificam como revisionismo<sup>7</sup>. De lá para cá, tal expediente se ampliou, para além do Holocausto, multiplicando-se na forma de debates negacionistas com base na defesa ideológica de preceitos conservadores de raça e gênero. Sobre essa expansão, Naquet destaca que “dois países dominam de longe a produção revisionista, a Alemanha e os Estados Unidos”, sendo que “no primeiro, existe uma grande quantidade de livros que tem um certo sucesso, a julgar pelo número de reedições de alguns deles” e “estritamente ligados a um determinado meio: uma extrema-direita herdeira do nazismo [que sonha] reabilitá-lo.” (Vidal-Naquet 1988, 135).

Nos Estados Unidos, Vidal-Naquet (1988) reconhece em Harry Elmer Barnes a figura de “patriarca do revisionismo americano” (1988, 120). Professor de Sociologia Histórica da *Smith College*, Barnes publicou, em 1926, a obra que é considerada a primeira de revisionismo histórico, naquele país, acerca do então disputado tema da “culpa da guerra”. *The Genesis of the World War, an Introduction to the Problem of War Guilt* (Barnes 1927) inovou em suas narrativas por adotar novas perspectivas metodológicas para a época ao reivindicar a tese da “culpa compartilhada” ao invés de centralizá-la em um único país ou em indivíduos singulares<sup>8</sup>. Contudo, é, somente após a 2ª Guerra Mundial, que a produção de narrativas concorrentes passa a ocorrer de modo diversificado

---

<sup>6</sup> Conflito social e político que ocorreu na França no final do século XIX, em torno da acusação de traição e espionagem feita ao capitão judeu Alfred Dreyfus.

<sup>7</sup> O conceito de revisionismo possui grande polissemia. Historicamente esteve por muito tempo ligado à ideia de traição e negação, pois alguns historiadores utilizaram-no e ainda utilizam para justificar teorias conservadoras e irracionistas, de viés anticomunista, a exemplo do francês Francois Furet (1927-1997), nazista e fascista; do alemão Ernst Nolte (1923-2016) e do italiano Renzo de Felice (1929-1996), ambos relativistas do nazismo e do fascismo. Destacaram-se igualmente como “revisionistas” ou “negacionistas” de extrema-direita Robert Faurisson (1929-2018), professor de literatura francesa, e Paul Rassinier (1906-1967), professor de história, que negaram a existência do holocausto. Mas o conceito de revisionismo também se refere ao processo de reinterpretar e reanalisar determinados acontecimentos e, sobretudo, interpretações históricas, em gerais produzidas pelas classes dominantes, a partir de novos métodos, olhares e fontes. Ou seja, por revisionismo também se entende uma leitura nova, a partir dos silenciados, oprimidos, ofendidos, aqueles que, em geral, não têm direito à História. Neste artigo, utiliza-se a expressão revisionismo no primeiro sentido, ligado à ideia de negacionismo. Agradecemos ao parecerista anônimo da revista pelas indicações e problematizações a respeito deste tema.

<sup>8</sup> Barnes defende que a “Alemanha ocupou a situação de um prisioneiro na barra, onde o promotor teve total liberdade quanto ao tempo e à preservação de provas, enquanto ao acusado foi negado advogado ou a oportunidade de apresentar provas ou testemunhas.” (Barnes 1927, 35); além de sustentar certo alinhamento anticomunista quando escreve que “ao estimar a ordem de culpa dos vários países, podemos seguramente afirmar que a única e imediata responsabilidade pela Guerra Mundial recai sobre a Sérvia, a França e a Rússia” (Barnes 1927, 661), sendo que “a culpa da Rússia foi incomparavelmente maior” (Barnes 1927, 662), enquanto que “Alemanha e Inglaterra empataram em último lugar” (Barnes 1927, 662). Atualmente, a obra é avaliada como ideológica por apresentar a Alemanha em posição de inocência política

e sistematizado, tendo nos Estados Unidos o seu epicentro onde “apresenta-se sob múltiplas e variadas formas, panfletos, livros ‘eruditos’, livros comuns de propaganda, brochuras mimeografadas, revistas de aspecto atraente, videocassetes” (Vidal-Naquet 1988, 128), o que se revela como “uma consequência da universalização da informação e da posição dominante dos Estados Unidos no mercado mundial” (Vidal-Naquet 1988, 129).

Esse primeiro momento de revisionismo, nos Estados Unidos, ocorrerá através da movimentação de ideias em torno do liberalismo e do anticomunismo; permanecendo, entretanto, restrito a alguns círculos de intelectuais, pois “até 1955, o ‘liberalismo clássico’ ainda era uma minoria entre os americanos instruídos” (Nash 2006, 58). O revisionismo estadunidense pós-2ª Guerra Mundial, na verdade, emerge como tributário da Escola Austríaca de Economia, tendo nas figuras de Friedrich Hayek e Ludwig Von Mises<sup>9</sup> os seus principais referenciais e cuja popularização repousa nas frequentes críticas realizadas por liberais americanos da velha-guarda que acreditavam ter o Ocidente “virado à Esquerda”<sup>10</sup>.

É esta velha guarda liberal que encontrará, em Hayek e Mises<sup>11</sup>, a reinterpretação para um mundo que avaliavam como estando em retrocesso, tendo em vista que ambos entendiam as experiências do fascismo e do nazismo como uma variante do socialismo e não do capitalismo, conforme era postulado por intelectuais marxistas<sup>12</sup>. Hayek, em particular, defendia que “o coletivismo (...) era inerentemente totalitário” e que “a ‘ascensão do fascismo e do nazismo não foi uma reação contra as tendências socialistas do período anterior, mas o resultado necessário daquelas tendências” (Nash 2006, 22).

---

<sup>9</sup> “O lançamento do Liberalismo de von Mises em alemão em 1927 e em inglês em 1962 assinala o nascimento da ideologia – termo que o próprio von Mises usa para definir o liberalismo (von Mises 1985, 192) – neoliberal. No livro, von Mises propõe uma renovação do liberalismo, cunhando o termo ‘neoliberalismo’ em distinção ao ‘antigo liberalismo’” (Augusto 2016, 27).

<sup>10</sup> Os motivos para tal crença seriam, por um lado, a ascensão do Partido Trabalhista na Inglaterra e, por outro, a instalação de governos populistas no restante da América. Já internamente, a crescente regulação da economia e a ingerência em esferas consideradas privadas, e não públicas, pelo Estado era criticado como uma prática reprovável de estatismo vista como uma variante do socialismo nos Estados Unidos.

<sup>11</sup> *O Caminho da Servidão* foi publicado nos Estados Unidos, em 1944, pela editora da Universidade de Chicago, tornando-se um êxito editorial. Em 1945, Mises se tornou professor visitante de Economia na *Graduate School of Business Administration* da Universidade de Nova York; enquanto seu discípulo, Hayek só veio a se tornar professor na Universidade de Chicago a partir dos anos 1950 (Nash 2006).

<sup>12</sup> Mises inicialmente aprecia o fascismo e ditaduras similares como experiências bem-intencionadas, salvadoras da “civilização europeia”, um “improvisado emergencial”. A tendência natural destes regimes, no decorrer do tempo, seria o retorno à moderação no seio dos valores liberais (Mises 2002, 51). Esta leitura sobre o fascismo será modificada, em parte, no seu livro “Socialismo”, de 1947, pois, com a derrota do fascismo e no contexto da Guerra Fria, Mises não concebe mais o fascismo como um auxílio emergencial ao liberalismo, mas como uma forma de estatismo ou totalitarismo, igualando as experiências do fascismo, do nazismo e do stalinismo, em contraste com o mundo do livre mercado e da democracia. Dessa forma, em sintonia com Hayek, governos comprometidos com políticas intervencionistas e de planejamento conduziram inevitavelmente ao socialismo, razão pela qual também criticam o Estado de bem-estar social (Augusto 2017).

Nessa mesma década, a de 1940, emerge, então, entre os adeptos do liberalismo econômico, a preocupação em criar meios de organização e de divulgação de sua agenda intelectual que, à semelhança dos pensadores progressistas, é, também, adotada como uma agenda política. Através de práticas de proselitismo concretizadas por diferentes meios e agentes, foi providenciada a publicação de jornais, revistas e livros que funcionavam também como chamariz voltado principalmente para o público jovem e adulto, egressos ou ainda nas universidades<sup>13</sup>. Nesse sentido, foram fundadas inúmeras revistas, entre elas a *Human Events* em 1944, *Plain Talk* em 1946 e *The Freeman* em 1950; mas, apenas “com a *The National Review*, o renascimento liberal nos Estados Unidos alcançou um novo nível” (Nash 2006, 56-57). Fundada por William Franck Buckley Jr<sup>14</sup>, a Revista assegurou a sua ancoragem na crítica e no combate de “seis prioridades declaradas”:

1. O crescimento do governo; 2. O comunismo, descrito como ‘a força mais flagrante do utopismo satânico do século’; 3. A ‘ameaça cultural’ da ‘conformidade das panelinhas intelectuais na educação e nas artes’; 4. A ‘identificável equipe de operadores fabianos inclinados a ou controlando ambos os nossos maiores partidos’; 5. O sindicalismo politicamente orientado e 6. O modismo conceitual de governo mundial, as Nações Unidas e o internacionalismo. (Diamond 1995, 32).

Diante deste cenário, liberais e conservadores acreditavam que era preciso investir em esforços e ações para fazer a pauta liberal no âmbito intelectual superar as narrativas produzidas pela esquerda americana. Uma dessas ações foi a criação de fundações, institutos e casas editoriais a fim de assegurar tanto a independência em relação às editoras das grandes universidades, quanto a maior circulação de ideias em defesa do liberalismo e em ataque ao comunismo<sup>15</sup>. Neste período, 1950 em diante, “o revisionismo é obra, sobretudo, de um *lobby* californiano, o *Liberty Lobby*, de Willis Allison Carto<sup>16</sup>, de antiga e sólida tradição anti-semita, anti-sionista e antinegra que se

---

<sup>13</sup> As ações, nas universidades, ainda eram especialmente limitadas, ficando restritas à iniciativa de poucos professores, a exemplo de Frank Knight e Henry Simons do departamento de Economia da Universidade de Chicago. Ambos publicaram, respectivamente, *Freedom and Reform* (1947) e *Economic Policy for a Free Society* (1948). Considerados por Nash como “o núcleo da nascente Escola de Economia de Chicago” (2006, 34), eles foram responsáveis pela publicação e popularização das obras de Mises e de Hayek.

<sup>14</sup> Egresso da Universidade de Yale, onde estudou Ciências Políticas, História e Economia, tendo se consagrado como um potente debatedor político, Buckley Jr., serviu na 2ª Guerra Mundial e trabalhou na Agência Central de Inteligência (CIA). Considerado um dos maiores promotores da reconstrução do liberalismo e do conservadorismo, há, inclusive, quem veja nele o responsável pela conciliação entre liberalismo clássico e conservadorismo. Em 1955, ao fundar *The National Review*, já era bastante conhecido por sua obra *God and Man at Yale* (1945), em que critica a Universidade de Yale por considerá-la imersa na ideologia coletivista e doutrinadora à esquerda de seus estudantes de economia. (Nash 2006; Diamond 1995).

<sup>15</sup> A exemplo da Foundation for Economic Education, atuante até hoje, tendo sido criada, em 1946, por Leonard Read, importante líder da velha direita americana em 1946; a Mont Pelerin Society, criada em 1947, de caráter internacional e neoliberal, fundada por Hayek; e, a Intercollegiate Society of Individualists (ISI), fundada em 1953, por Frank Chodorov, também ilustre integrante da velha direita americana, ex-diretor da Escola Henry George de Ciências Sociais e ex-editor da *The Freeman*.

<sup>16</sup> Advogado de formação, antissemita e anti-holocausto, Carto também foi um dos responsáveis por atualizar os debates conservadores sobre a presença de negros na sociedade estadunidense, sendo também um ferrenho defensor da repatriação desta população para a África.

---

sustenta também ou tenta sustentar-se no nacionalismo dos americanos de origem alemã.” (Vidal-Naquet 1988, 136). Carto, sem dúvida, se tornou um dos principais financiadores de ações de divulgação da perspectiva conservadora nos Estados Unidos através de revistas, jornais e associações, como o *Institut for Historical Review*, fundado em 1978, espécie de organização acadêmica com viés antissemita e que veio, posteriormente, a se assumir como defensora de ideias caras ao supremacismo branco<sup>17</sup> (Lipstadt 2017, 34).

Entre as novas pautas está, principalmente, a defesa da ordem moral tradicional e o debate sobre raça e gênero, ambas combinadas ao anticomunismo que, não deixará a agenda conservadora. Esses três conteúdos passaram a figurar como importantes eixos das operações de combate protagonizadas por intelectuais conservadores nos Estados Unidos que, por outro lado, se aproximaram dos vários movimentos cristãos, até então ofuscados pelo interesse maior nos debates sobre o liberalismo e a economia de mercado. A abertura ao contato mais intenso com grupos que se situavam no espectro do debate moral, organizados a partir das várias igrejas cristãs (católica, protestantes e pentecostais) se constituirá como uma importante novidade neste momento. Não que o debate público moral tenha emergido apenas após a década de 1950<sup>18</sup>, no entanto, é a partir de 1960 que essa aproximação entre conservadores e grupos cristãos ocorre com mais intensidade (Ansell 1997). Entre as várias possíveis razões, duas, pelo menos, se sobressaem: as decisões ajuizadas, em 1954 e em 1973, pela Suprema Corte Americana. Ambas ancoradas na defesa da 14ª emenda, elas foram responsáveis por, respectivamente, encerrar a segregação de estudantes nas escolas públicas com base na raça e por assegurar como legítima a prática do aborto<sup>19</sup>.

---

<sup>17</sup> Segundo Lipstadt: “O Institute for Historical Review (IHR), um grupo de negacionismo com sede na Califórnia, descrevia-se como uma organização acadêmica impulsionada por uma ‘profunda dedicação à causa da verdade na história’. Suas conferências pareciam congressos acadêmicos. Sua publicação tinha aparência acadêmica. Alunos das principais universidades que encontravam essas publicações nas bibliotecas acreditavam se tratar de um trabalho acadêmico genuíno. Embora o IHR alegasse estar interessado em realizar uma varredura ampla da história, eles concentravam todas as energias no Holocausto. Seus ataques tinham um viés antissemita e anti-Israel. [...] O IHR também demonstrava simpatia pelo racismo.” (Lipstadt 2017, 34)

<sup>18</sup> Importa lembrar, por exemplo, da existência de grupos como o *Spiritual Mobilization* fundado em 1935 e cujo braço editorial, a revista *Freedom and Faith*, se tornou bastante popular entre os anos de 1949, quando foi fundada, e de 1960, quando foi encerrada; contudo, nem a revista e nem o próprio grupo conseguiram atravessar a virada da década de 1950/1960 e sobreviver. Mesclando em seus conteúdos editoriais, debates que comunicavam as agendas do liberalismo econômico clássico e do conservadorismo moral, suas lideranças, em maioria ministros e leigos das igrejas Congregacional, Presbiteriana e Episcopal, não conseguiram, entretanto, alcançar o ponto de fusão ideal entre esses dois eixos em decorrência de diferenças, até então, incontornáveis. Conforme sintetizam Lora e Longton, “o *Spiritual Mobilization* nunca foi um lar confortável para muitos conservadores e liberais” (1999, 159). Neste cenário, é possível tomar o *Spiritual Mobilization* como epítome, na verdade, das várias tentativas de aproximação entre os movimentos conservadores cristãos e o movimento conservador americano moderno, reconstruído ao longo das décadas de 1940/1950 e comprometido com a adoção dos termos liberais numa perspectiva tanto de crítica aos rumos da modernização que a sociedade americana adota, quanto de sua renovação intelectual.

<sup>19</sup> Para os conservadores, a decisão no caso Brown VS Conselho de Educação (1954) fortalecia aquilo que era considerado como o “mito” da igualdade racial e reacrescia a crença na sociedade americana como um “*melting pot*” que, segundo eles, havia se provado um fracasso da moderna engenharia social preconizada por intelectuais adeptos do marxismo, do freudismo e da biologia desde o final do século XIX. Já a decisão da Suprema Corte no caso de Roe



Ao analisar o ingresso de diferentes grupos sociais nas fileiras da direita americana, Diamond (1995) entende que “o que unificou a Direita é um conjunto consistente de princípios em três domínios de esforço social: a economia, o Estado-Nação no contexto global (militar e diplomático) e a ordem moral das normas comportamentais e das hierarquias com base na raça e no gênero.” (1995, 06). Deste modo, “liberalismo, militarismo anticomunista e tradicionalismo tem sido os três pilares da Direita Americana” (Diamond 1995, 07), sendo que, a partir da década de 1950, com o advento dos movimentos pelos direitos civis que questionavam a ordem moral tradicional e uma suposta homogeneidade étnico-cultural dominantes na sociedade americana, a Direita passou por transformações, agregando como centrais outros debates e combates, dedicando-se especialmente, nas últimas décadas, a iniciativas de “revisionismo” da história como “guerra cultural”.

Considerando o caso dos Estados Unidos, nem sempre estamos tratando de obras produzidas por pessoas completamente alheias ao regime de produção das ciências humanas, em geral, e da historiografia, em particular; pois, em muitos casos, são obras produzidas por pessoas sintonizadas com o que há de mais recente publicado pelo mercado editorial especializado e conectadas com o debate acadêmico. São pesquisadores, muitas vezes, egressos da própria universidade, a exemplo de jornalistas, políticos, empresários, enfim, pessoas que se autointitulam “estudiosos” e/ou “pesquisadores” interessados em explicar o mundo atual. Deste modo, obras desse tipo conseguem se autocamuflar como não sendo negacionistas ou nem mesmo revisionistas, pois elas seriam tão somente uma continuidade na produção intelectual interrompida por razões diversas.

Nesse novo cenário, os Estados Unidos passam a funcionar como principal fonte de inspiração para o revisionismo à direita que conduzirá parte de suas produções à uma postura profundamente negacionista em relação a maior parte do acúmulo intelectual produzido pelas universidades até então. Egressos dos mais variados campos profissionais e reunidos nos ambientes virtuais das plataformas digitais da internet e das redes sociais, empresários, políticos e aspirantes, jornalistas, historiadores, sociólogos e cientistas políticos, passaram a reivindicar o retorno às interpretações conservadoras e mesmo reacionárias.

Entre essas iniciativas, destaca-se a do grupo editorial *Regnary Publishing*. Fundada em 1947 por Henry Regnary, neto do imigrante alemão Wilhelm Regnary e herdeiro de uma das maiores fortunas nos Estados Unidos, o grupo *Regnary* se autointitula como “a principal editora de livros

---

VS Wade (1973) foi vista como uma afronta radical contra aquilo que se considerava o pilar da fundação americana, o cristianismo.

conservadores do país” e, em seus próprios termos, como “uma grande força dentro do movimento conservador” (Regnary 2021). Ela é responsável pela linha editorial *Regnary History* composta por duas coleções de destaque: uma sobre a 2ª Guerra Mundial e outra sobre a Guerra Civil Americana. Em ambas as coleções, destacam-se autores e obras reconhecidos, por muitos historiadores, como exemplares dos esforços de negação e de silenciamento dos debates que centralizaram o dispositivo de “raça” como importante ideologia e tecnologia de governo nos Estados Unidos, ignorando as questões relacionadas à escravidão e à manutenção das hierarquias raciais nos Estados Unidos como centrais nos debates sobre a Guerra Civil Americana (Regnary 2021).

Muito antes da coleção *Regnary History*, entretanto, o grupo *Regnary* se ocupou em lançar a conhecida série *Politically Incorrect Guide* (PIG), ou, em português, Guias Politicamente Incorretos, à semelhança de outras séries editoriais voltadas para o grande público a exemplo de *...For Dummies*, lançada em 1991. Imitando-a em seu estilo gráfico, na aproximação ao grande público e com uma abordagem ao conhecimento acadêmico de um modo bem-humorado, a PIG, contudo, passou a se diferenciar de suas congêneres anteriores por se dedicar praticamente às temáticas das áreas das humanidades, sobretudo aquelas encampadas pelos movimentos sociais em luta por direitos humanos e civis, contrariando o “politicamente correto”.

Na sua lista de autores destaca-se, além de Donald Trump, Dinesh D'Souza. Comentarista político indo-americano de extrema-direita, escritor e cineasta que já foi presidente do *The King's College*, universidade cristã de Nova York, ele atualmente é considerado um dos representantes mais radicais e atuantes da “guerra cultural” nos Estados Unidos. As produções de Dinesh, apesar de criticadas por especialistas, alcançaram sucesso editorial e de bilheteria, a exemplo dos livros *The Big Lie: Exposing the Nazi Roots of the American Left* (2017) e *The Roots of Obama's Rage* (2011) e dos documentários *2016: Obama's America* (2012) e *Hillary's America* (2016)<sup>20</sup>. De interesse especial para nosso propósito é constatar que um dos seus principais sucessos tratou justamente do 11 de setembro. Em *The Enemy at Home: The Cultural Left and its Responsibility for 9/11* (2017), Dinesh identifica a esquerda americana como a grande responsável pela raiva muçulmana que levou aos ataques de 11 de setembro, pois os Estados Unidos estariam impondo sua “depravação moral” sobre o mundo. Em sua narrativa, os governos e os conservadores deveriam parar de promover a cultura americana liberal (filmes, música e televisão) para não afrontar os valores tradicionais muçulmanos.

---

<sup>20</sup> Apenas com base nos títulos já se pode constatar que um dos seus principais alvos são os políticos do Partido Democrata: o Partido é acusado de compartilhar raízes racistas com o nazismo; Obama não seria estadunidense e teria planos radicais de esquerda; Hillary, corrupta. Especialista na elaboração de teorias da conspiração, Dinesh também atua criticamente contra o ateísmo e contra o multiculturalismo nas universidades.

O pensamento de Dinesh possui grande afinidade com as ideias de ideólogos e consultores políticos que tem se destacado nos últimos anos, sobretudo após o 11 de setembro, em criar plataformas políticas para governos de extrema-direita, nos Estados Unidos, na Europa e na América Latina, como Steve Bannon, Olavo de Carvalho e Aleksandr Dugin. Com o suporte de especialistas em *Big Data* e redes de compartilhamento e mídias alternativas na internet, eles têm atuado em favor de líderes populistas com base em estratégias comunicativas de cisão da divisão entre esquerda/direita através da canalização da revolta e da fúria contra os sistemas políticos:

Os defeitos e vícios dos líderes populistas se transformam, aos olhos dos eleitores, em qualidades. Sua inexperiência é a prova de que eles não pertencem ao círculo corrompido das elites. E sua incompetência é vista como garantia de autenticidade. As tensões que eles produzem em nível internacional ilustram sua independência, e as Fake News que balizam sua propaganda são a marca de sua liberdade de espírito [...] Na prática, para os adeptos dos populistas, a verdade dos fatos, tomados um a um, não conta. O que é verdadeiro é a mensagem no seu conjunto, que corresponde a seus sentimentos e suas sensações (Da Empoli 2019, 17-18; 24).

Este conjunto de teorias conspiratórias e revisionismos negacionistas se dirigem especialmente contra os valores que, a partir do início da Modernidade, foram associados ao progresso através da razão; à democracia como igualdade; aos direitos humanos como universalismo e à esquerda como projeto de emancipação. Em suas narrativas, a crítica radical ao “politicamente correto”, invariavelmente, se traduz na forma de racismo, xenofobia, masculinismo e descrença na ciência. Nesse sentido, um dos maiores objetivos ou efeitos das táticas de “guerra cultural” é a legitimação política da extrema-direita através da conversão da História em Mito (da “guerra oculta” contra o inimigo ou da “decadência” do Ocidente).

Este é um antigo princípio do pensamento dito Tradicionalista (Sedgwick 2004; Teitelbaum 2020) desenvolvido, atualmente, pelo intuícionismo conspiratório de Bannon, Carvalho e Dugin para quem, mesmo que em perspectivas concorrentes, viveríamos a passagem para um novo ciclo de destruição criadora a partir da recuperação de valores “espirituais” enraizados na cultura das civilizações: as tradições culturais e religiosas nacionais seriam a base para a resistência à “decadência” de princípios e desagregação social promovidas pelo cosmopolitismo internacionalista ou globalismo liberal (Dugin; Carvalho 2012).

Nesse sentido, o 11 de setembro como marco simbólico de uma “nova ordem mundial” daria continuidade à uma guerra eterna entre civilizações e formaria um pilar fundamental para a re-emergência intelectual da extrema-direita mundial e de seus projetos políticos de democracia iliberal, baseados no manejo dos ressentimentos das massas sob a condução elitista de lideranças carismáticas autoritárias.

## O Mito renasce na História: o 11 de setembro e o choque das civilizações

Esse acúmulo de ideias e teses contrapostas às do “campo progressista”, contudo, ainda se manteria pouco visível, pois, durante a Guerra Fria e mesmo após a queda do Muro de Berlim, os discursos hegemônicos giravam em torno da defesa do “mundo livre”, ou seja, da democracia em consonância com o mercado. Por outro lado, tratava-se, ao mesmo tempo, da defesa de um modelo de “democracia restrita”, a partir de uma concepção *minimalista* ou *procedimental* cuja formulação de maior sucesso será feita pelo economista e cientista político austríaco Joseph Schumpeter (1976). Contra as visões processuais e substantivas da democracia, que a enxergam como uma evolução constante da igualdade, Schumpeter concebe a democracia como fator de estabilização dos conflitos, como arranjo institucional para o revezamento entre elites no poder<sup>21</sup>. Nesse sentido, para muitos (Miguel 2016; Augusto 2016; 2017), a concepção de Schumpeter é uma atualização do aristocratism e do “darwinismo social” de Von Mises e de teses do elitismo político de Vilfredo Pareto<sup>22</sup>, em que por democracia deve-se entender um governo aristocrático cuja “circulação entre elites”, e não a luta de classes, torna-se o eixo principal do curso da história.

Assim, ao mesmo tempo em que se expandia a democracia como ideia universal, elaborava-se uma restrição do seu potencial na realização da mudança social através da participação popular. Nesse contexto, o cientista político Samuel Huntington será um dos intelectuais mais importantes para a compreensão do pensamento político estadunidense e sua hegemonia no mundo ocidental. A sua extensa produção é vista, por seus apoiadores, como uma das mais profícuas contribuições para a compreensão da geopolítica mundial e, por críticos, como a “fundamentação ideológica do fascismo moderno” (Meysan 2004).

Sem pretensões à exaustividade, é possível, no entanto, indicar que a sua produção se inicia com estudos sobre o papel dos militares em governos (em que é ressaltada a sua estabilidade em relação às instituições civis)<sup>23</sup> (Huntington 1957) e se prolonga na discussão sobre o

---

<sup>21</sup> “o método democrático é aquele arranjo institucional para chegar a decisões políticas em que os indivíduos adquirem o poder de decisão por meio de uma luta competitiva pelos votos do povo” (Schumpeter 1976 [1942], 269 apud Miguel, 2016, 116). Nesta concepção, no mesmo sentido que Mises, “alguém é livre para competir na política como é livre para dirigir uma fábrica” (Schumpeter 1976, 272).

<sup>22</sup>Vilfredo Pareto (1848-1923) foi um cientista político, sociólogo e economista italiano. Junto com Gaetano Mosca e Robert Michels, é considerado um dos fundadores da escola do elitismo político, que se baseia na crítica à democracia como utopia diante do caráter inevitável do revezamento de minorias no governo das sociedades ao longo da história. Em vida se relacionou com o fascismo italiano: foi professor de Mussolini e Senador em 1923. Era prezado por Julius Evola, filósofo tradicionalista de extrema direita, como um anticonformista (Evola 1985). É considerado por alguns como o “Karl Marx do fascismo” (Alexander 2005). Seu pensamento influenciará, posteriormente, a construção de uma visão restrita de democracia em Schumpeter (Miguel 2016).

<sup>23</sup>Neste primeiro momento, Huntington dirige seu olhar, sobretudo, para questões políticas em sociedades do “Terceiro Mundo”, ressignificando a discussão sobre desenvolvimento e modernização. Ele contestará a aposta no crescimento econômico e na modernização social e cultural como vetores para o desenvolvimento de países periféricos, como indicavam os principais defensores do desenvolvimentismo econômico. Ao contrário, em certas condições de

desenvolvimento político através de sua tese da ingovernabilidade da democracia em que a mobilização social e o direito de voto estimulariam demandas por igualdade que colocariam em risco o capitalismo e a dominação política (Huntington 1968) – é dessa maneira que, por exemplo, ele vê a concessão dos direitos civis aos negros como uma das causas da crise da democracia nos Estados Unidos (Miguel 2016). Em diálogo com Schumpeter<sup>24</sup>, Huntington defende, então, uma forma de democracia restrita, em lugar da defesa explícita de regimes autoritários que serão cada vez mais condenados a partir da segunda metade do século XX (Huntington 1994).

Após o 11 de setembro, o seu pensamento ganhará novamente repercussão fundamental para a política internacional dos Estados Unidos, através da sua tese sobre o “choque de civilizações” (Huntington 1997; Korstanje 2010). A partir de então, embora não haja uma correspondência total entre o seu pensamento e as tendências da direita neoconservadora estadunidense, a proposta de Huntington se tornará um eixo estratégico para a articulação desta corrente política que passará a agir em um sentido mais abrangente e unificado, conciliando a ideia de restrição da democracia e geopolítica civilizacional valorizadora das raízes culturais de um Ocidente único, não universal, a ser preservado (Huntington 1997).

Do ponto de vista euro-americano hegemônico, com a derrocada da União Soviética, o mundo viveria a expansão universal do liberalismo e do modelo democrático representativo, como indicara a tese do “fim da história” (Fukuyama 1989). Algumas tensões existiam, decerto, entre as políticas neoliberais patrocinadas pelo FMI e Banco Mundial e a resistência de Estados que ainda conservavam políticas de bem-estar social ou que ensaiavam regimes de forte intervenção estatal e políticas sociais; mas, sem modelo alternativo concorrente, uma nova onda de transições democráticas sinalizava a vigência de uma ordem unipolar, com os Estados Unidos e a OTAN como guardiões protetores do modelo ocidental, de um lado, e instituições como a ONU servindo de suporte a intervenções humanitárias e ajuda ao desenvolvimento em países com dificuldades em se adaptar à nova realidade geopolítica, de outro.

Esta leitura, em geral otimista, sobre um novo momento de globalização e da pós-modernidade se consolidou ao longo dos anos 1990, mesmo com a “guerra do golfo” em 1991. Os

---

desigualdade social e institucionalidade política, a modernização acarretaria aumento de demandas e tensões sociais. Os sistemas políticos não suportariam as pressões, entrando em colapso e guerra civil. Por esta razão, seu diagnóstico se concentra no valor da estabilidade e o investimento em desenvolvimento político, ou seja, na capacidade de desmobilização social, de direção política e arbitrar conflitos (Mello 2012). As suas sugestões derivaram para o apoio a regimes autoritários como necessários para a modernização controlada dos países do “Terceiro Mundo” (Huntington 1968), como atesta o seu apoio à Augusto Pinochet no Chile.

<sup>24</sup> “Por algum tempo depois da Segunda Guerra Mundial ocorreu um debate entre aqueles determinados, no espírito clássico, a definir democracia pela origem ou propósito [das decisões] e o crescente número de teóricos que aderiram a um conceito procedimental de democracia, à maneira de Schumpeter. Nos anos 1970, o debate estava terminado e Schumpeter o vencera” (Huntington 1991, 6 apud Miguel 2016, 126).

---

diagnósticos do presente e os cenários para o futuro só vieram a se converter em mais tenebrosos e pessimistas com o ataque aos prédios do World Trade Center e ao Pentágono no dia 11 de setembro de 2001. A partir desta data, foi retomado, com força, o debate sobre os interesses econômicos e políticos da ingerência, sobretudo estadunidense, no mundo africano e árabe. A “nova ordem mundial” começa a ser questionada a partir do conjunto de problemas envolvendo os limites dos Estados-Nação para conter os fluxos financeiros e de mercadorias e manter o monopólio da violência em meio à expansão do tráfico de drogas, armas e pessoas, da imigração, das guerras civis, crises econômicas, golpes de Estado e intervenções armadas.

A mobilização do ódio contra o Ocidente exigiu buscar novos princípios explicativos para a construção da geopolítica contemporânea. Do lado estadunidense, a tese do “choque de civilizações” será uma das mais defendidas:

O “choque de civilizações”, expressão surgida pela primeira vez em 1990 num artigo do especialista do Médio Oriente, Bernard Lewis, generosamente intitulado “As raízes de raiva muçulmana”, estabelece a ideia de que o islão não tem nada bom e que a amargura que isso causa entre os muçulmanos transforma-se em raiva contra o Ocidente. No entanto, o conceito de “choque de civilizações” foi evoluindo rapidamente; do discurso neocolonial baseado na tônica da supremacia branca, para a descrição de uma confrontação mundial cujo resultado seria incerto. Este novo significado deveu-se ao professor Samuel Huntington que, contrariamente ao que se possa pensar, não foi um perito islâmico, mas sim um estrategista. Huntington desenvolve esta teoria em dois artigos — “O choque de civilizações?” e “O Ocidente único, não universal” -- e um livro originalmente intitulado “O choque de civilizações e o refazer da Ordem Mundial” (Meysan 2004).

Em Huntington (1997), encontramos a explicação de que, se os conflitos entre Estados e ideologias no século XX ocorreram no interior da própria civilização ocidental, após o fim da Guerra Fria, a política internacional passaria a se pautar pela interação entre a civilização ocidental e as não-ocidentais. Segundo ele, os conflitos entre grupos de civilizações diferentes seriam cada vez mais constantes e mais violentos do que entre coletivos de uma mesma civilização. Mesmo que os Estados-nação continuem como agentes mais poderosos, os conflitos internacionais não teriam mais a sua explicação por razões ideológicas ou econômicas, mas por razões culturais entre diferentes civilizações, com linhas de batalha em países tensionados por questões étnico-religiosas. A distinção entre cada uma das civilizações seria tarefa para um debate aprofundado, posto que as civilizações<sup>25</sup> seriam dinâmicas, com uma história específica (origem, apogeu e declínio), dividindo-se ou fundindo-se ao longo do tempo. Deste modo, sobretudo para as próximas décadas, o eixo da política mundial seria pautado pelas relações entre “o Ocidente e o resto”, ou seja, entre o Ocidente e uma coalizão de Estados islâmicos aliados com a “civilização confuciana”.

---

<sup>25</sup> Os conflitos mais significativos do futuro ocorreriam ao longo das linhas de cisão cultural que separam cada uma das sete ou oito civilizações que dividem o mundo, quais sejam: ocidental, confuciana, islâmica, hindu, japonesa, eslava ortodoxa, latino-americana e, possivelmente, africana.

Ainda segundo a sua interpretação (Huntington 1997), na origem destes conflitos civilizacionais estariam fatores decorrentes da globalização, como o aumento dos contatos entre povos de civilizações diferentes; a modernização econômica e as mudanças sociais, responsáveis por separar as pessoas de suas identidades tradicionais, por enfraquecer o Estado-nação e por abrir espaço para a religião como base das identidades, na forma de movimentos fundamentalistas. Nesse cenário, Huntington parece apontar para a necessidade de formação de blocos entre países convergentes culturalmente como base para integração econômica e de afinidades culturais.

Para os seus defensores, trata-se de um realismo político necessário, contraposto ao universalismo das teses de unificação política mundial com base na globalização e no modelo de democracia liberal, visão que não dialogaria com a realidade e os motivos dos conflitos contemporâneos (Chiappin 1996)<sup>26</sup>. Já para os seus críticos (Said 2001; Chomsky 2002), a tese de Huntington é uma justificativa conveniente para os Estados Unidos e boa parte do Ocidente, pois os absolve do verdadeiro motivo para que o World Trade Center fosse escolhido como alvo: o recrutamento de guerrilheiros pela CIA, entre eles Bin Laden, em luta contra a Rússia no Afeganistão e na Chechênia<sup>27</sup>.

Nesse sentido, a teoria do “choque de civilizações” teria sido inventada ao longo dos anos 1990 para proporcionar ao “complexo industrial militar” dos Estados Unidos uma ideologia, após o colapso da União Soviética, responsável por justificar a “cruzada por petróleo” (Meysan 2004). Assim, os ataques de 11 de setembro foram atribuídos, pela administração Bush, a uma “conspiração islâmica” e interpretados como a primeira manifestação de um “choque de civilizações” em que o “mundo árabe-muçulmano” estaria em guerra contra o “mundo judaico-cristão” num confronto entre projetos e valores inconciliáveis. Tal narrativa (não apenas geopolítica, mas também moral e religiosa) traz, de modo subjacente, a defesa do projeto religioso fundamentalista, segundo o qual os Estados Unidos são o guardião dos valores cristãos frente a uma Europa em decadência multicultural e um Islã terrorista<sup>28</sup>.

---

<sup>26</sup> Ele se aproximaria da estratégia norte-americana de contenção aos soviéticos na Guerra Fria, criada por George Kennan, em uma nova estratégia de contenção para a liderança dos Estados Unidos no mundo ocidental: a civilização ocidental deveria “conter a expansão de um poder que venha ameaçar o equilíbrio do poder, e, por aqui evitar que este venha a reconfigurar o sistema internacional em seu benefício” (Chiappin 1996, 73 apud De Albuquerque 2007, 230).

<sup>27</sup> Para seus críticos, então, o ódio ao Ocidente derivaria das intervenções militares e interesses econômicos estadunidenses no mundo africano, árabe e asiático e não de uma intolerância fundamentalista contra a hegemonia cultural de valores como liberdade, pluralismo e voto universal. Ao contrário, a chamada “guerra ao terror” praticada pelos Estados Unidos, o “maior Estado terrorista do Ocidente”, serviria como legitimação do seu poder, dando continuidade às tensões que originaram os ataques ao Ocidente (Chomsky 2002).

<sup>28</sup> O governo Bush e a sua base de apoio intelectual neoconservadora foram os mais representativos desta linha de pensamento, com a contestação da teoria da evolução das espécies, a defesa do criacionismo e a promoção da “guerra ao terror” como cruzada cristã moderna, uma narrativa, em grande parte, reflexo invertido do discurso de Osama Bin Laden (Souza 2012).

O paradigma do “choque de civilizações”, apesar das críticas, tornou-se referência para o pensamento político-estratégico de uma geopolítica moral e civilizacional à direita nos anos vindouros, com desenvolvimentos importantes durante o período que compreende os governos George Bush, Barak Obama e Donald Trump. Não há necessariamente afinidade com todos os argumentos defendidos por Huntington, mas ainda assim a sua narrativa se tornou, em muitos espaços, hegemônica com a partilha de premissas comuns: o conflito de civilizações; a perda de hegemonia dos Estados Unidos no cenário internacional, com necessidade de recuo em iniciativas bélicas; e o declínio do Ocidente, com a divisão entre os “dois Ocidentes”, Europa e Estados Unidos. Apesar de longa, a citação abaixo resume bem o contexto:

Os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 [...] não mudam nada na estrutura do poder, mas são imediatamente conhecidos como um momento de viragem na política norte americana e mudam radicalmente a política internacional. Com efeito, os Estados Unidos consideram os atentados da Al-Qaida como um acto de guerra, no início de um ciclo de crises que começa por revelar o revisionismo hegemônico da República imperial e acaba por acelerar a erosão da ordem constitucional da hegemonia liberal norte-americana. A prioridade dos Estados Unidos passa a ser impedir a repetição do “11 de setembro” [...] A nova doutrina norte-americana considera que a neutralização das ameaças assimétricas justifica a guerra preventiva contra as tiranias com capacidade tecnológica para produzir armas de destruição maciça e com ligações às redes terroristas. Essa doutrina está na origem da invasão do Iraque e da crise transatlântica, que vai opor os Estados Unidos (e a Grã-Bretanha) à Alemanha e à França (e à Rússia). Por sua vez, a divisão entre os “dois Ocidentes” e a resposta europeia à deriva imperial norte-americana estimulam uma estratégia voluntarista da unificação política, que vai ser posta em causa pela rejeição democrática do Tratado Constitucional da União Europeia. A marcha para a união federal transforma-se numa crise da integração regional, que paralisa a Europa Ocidental. Por fim, a divisão da comunidade transatlântica, os custos da ocupação militar do Iraque e do Afeganistão e a crise financeira internacional determinam uma nova viragem dos Estados Unidos, cuja estratégia de retraimento vai abrir um vazio, preenchido pelas estratégias mais assertivas da China, da Rússia e do Irão. O declínio ocidental traduz-se numa crise da ordem unipolar, em que o recuo norte-americano torna possível uma dinâmica de regionalização dominada pelas novas grandes potências e pela convergência das potências revisionistas, que contestam a preponderância dos Estados Unidos, enquanto a tendência de homogeneização democrática do sistema internacional é posta em causa quer pela estratégia norte-americana de promoção armada dos valores liberais, quer pela polarização entre a democracia pluralista e o capitalismo autoritário (Gaspar 2016, 301-302).

Alterou-se, portanto, o equilíbrio do sistema internacional entre as potências de *status quo* que querem preservar o seu estatuto na balança do poder (Estados Unidos e Europa) e as potências revisionistas emergentes (Rússia, China, Irã, Índia, Brasil e África do Sul). O retraimento bélico dos Estados Unidos iniciaria no governo Bush, mas sofreu inflexão fundamental com o 11 de setembro, a partir de quando se inicia um novo momento de intervencionismo bélico, que somente começará a recuar com o escândalo das torturas de *Abu Ghraib*<sup>29</sup> e com o governo Barak Obama, sem cessar de todo (Gaspar 2016). Nesse interregno, tensões surgem na relação entre Estados Unidos, França e Alemanha a respeito da guerra no Iraque e no Afeganistão, bem como com regimes nacionalistas

---

<sup>29</sup> Prisão iraquiana em que uma série de torturas (estupro, abuso físico, sexual e psicológico) cometidas por soldados estadunidenses, revelada por fotografias em 2004, que iniciou um levante crítico contra as formas de tratamento de inimigos políticos em prisões sob o comando estadunidense também em Cuba (Guantanamo) e no Afeganistão.



na América Latina, ao mesmo tempo em que se abriu espaço para a construção de fóruns e parcerias entre países emergentes, como aqueles que formaram o BRICS, vetor geopolítico das narrativas sobre uma configuração mais igualitária na política internacional. Trata-se de um novo cenário, sobretudo com as iniciativas da China, estendendo seus negócios em Ásia e África, e a retomada das pretensões estratégicas da Rússia nas suas antigas áreas de influência perdidas com a dissolução da União Soviética.

Nesse contexto, a tese do confronto com o mundo islâmico tornou-se, para os Estados Unidos, um combate prévio contra as negociações geopolíticas da China e da Rússia que, de parte a parte, tornaram-se um fator fundamental no equilíbrio internacional, junto com o futuro da União Europeia, cada vez mais em processo de fragmentação. Ao mesmo tempo, a expansão, nos anos seguintes, de políticas inspiradas nos princípios multiculturais, identitários e descoloniais na Europa, em fóruns do Sul Global e nos Estados Unidos com o governo Obama, criou uma nova clivagem, de dimensão político-cultural, dividindo os “dois Ocidentes”, o do conservadorismo cristão e o do cosmopolitismo liberal. Isto se torna ainda mais evidente com a emergência de regimes políticos populistas de direita na Europa, nos Estados Unidos e no Brasil.

Em suma, a Ásia torna-se, cada vez mais o centro do capitalismo mundial e o Ocidente se divide em tensões internas, abrindo espaço para a retomada de matrizes de pensamento que se mantinham em fóruns alternativos, obscuros e esotéricos, ligados a grupos racistas, fascistas e irracionistas: o Tradicionalismo. Em “Guerra pela Eternidade – O retorno do Tradicionalismo e a ascensão da direita populista” (2020), Benjamin Teitelbaum foi responsável por tornar essa “escola de pensamento” acessível ao grande público a partir do contato que teve com alguns de seus representantes:

Os Tradicionalistas aspiram a ser tudo que a modernidade não é – comungar com o que eles acreditam serem verdades e estilos de vida transcendentais e atemporais, em vez de buscar o “progresso”. Alguns Tradicionalistas trabalham seus valores em um sistema de pensamento que vai muito além da divisão política moderna de esquerda ou direita: alguns até dizem que esse sistema está além do fascismo. Consequentemente, esse sistema infundiu o pensamento de propagadores da direita anti-imigração, populistas e nacionalistas, e o fez de maneira estranha. É anticapitalista, por exemplo, e pode ser anticristão. Condena o Estado-nação como uma construção modernista e admira aspectos do islã e do Oriente em geral (Teitelbaum 2020, 20).

Dois intelectuais são as referências principais do Tradicionalismo: René Guénon<sup>30</sup> e Julius Evola<sup>31</sup> que fundamentam, cada um a seu modo, uma defesa de uma História mítica e cíclica, baseada na luta entre tipos humanos (sacerdotes, guerreiros, soldados e escravos) e/ou civilizações (povos do norte e povos do sul; povos da terra e povos do mar). Os intelectuais iniciados nessa Tradição seriam aqueles capazes de compreender o ciclo histórico e as tarefas para a retomada de uma “filosofia espiritual” primeva como fundamento da reorganização das sociedades de acordo com dois princípios essenciais: a comunhão emocional pagã/nacionalista e a hierarquia de castas – contra o mundo do individualismo e do materialismo<sup>32</sup>.

Seja como reação ao radicalismo político desde a Revolução Francesa (Augusto 2017), seja como “religião política totalitária” milenar (Vaz 2018<sup>33</sup>), para os nossos propósitos importa ressaltar que, embora toda essa visão de mundo Tradicionalista possa parecer absurda, ela se torna central na condução da política contemporânea:

A obra de Evola se tornou uma referência de movimentos neofascistas do pós-Segunda Guerra e passou a ganhar relevância nos últimos vinte anos entre a direita europeia e americana. As propostas de uma contrarrevolução conservadora como um movimento de elite que reponha os valores tradicionais e reorganize as instituições políticas e a economia vêm se tornando de forma crescente um movimento de influência política e ideológica significativa, especialmente após a crise de 2008.

---

<sup>30</sup> René Guénon (1886-1951) foi um filósofo francês convertido ao islamismo, elaborou as bases de uma “filosofia perene” espiritualista, baseada na crença em uma religião original perdida (a Tradição, o cerne, ou a Tradição perene), cujos fragmentos se encontram espalhados entre valores e conceitos de diferentes religiões, principalmente as religiões indo-europeias (hinduísmo e zoroastrismo) e religiões europeias pagãs pré-cristãs. A sua inspiração é o sistema de castas hinduísta e uma noção de tempo fatalista e pessimista, que associa a origem, o desenvolvimento e a decadência de civilizações com a perda de espiritualidade e, por esta razão, a necessidade de conexão com valores da Tradição, ao alcance de um grupo seletivo de intelectuais iniciados, capazes de compreender o ciclo histórico e preparar o mundo à passagem para o momento seguinte (Sedgwick 2004).

<sup>31</sup> Julius Evola (1898-1974) foi um filósofo italiano de origem aristocrática, envolvido inicialmente com os movimentos futuristas e dadaístas. Evola teria conduzido o Tradicionalismo menos para os valores orientais e mais para a direita política, tornando-se a referência mais importante desta vertente na atualidade. A modernidade, a democracia e o comunismo significavam, para ele, o período da decadência, de predominância de valores materialistas, voltados à economia, à miscigenação, ao secularismo, ao feminismo e ao hedonismo sexual. O seu horizonte principal, portanto, se concentrava na sociedade europeia, em um programa paradoxalmente reacionário e futurista para a formação de um “Império Pagão” europeu: uma releitura da teocracia e dos modelos aristocráticos-feudais-guerreiros de organização política, contra, ao mesmo tempo, a homogeneidade e o universalismo promovidos pelo cristianismo e pelo secularismo (Sedgwick 2004).

<sup>32</sup> Nesse sentido, as interpretações de Guénon e principalmente de Evola influenciaram a política mundial à época do fascismo e do nazismo, mas, ao mesmo tempo, suas visões de mundo ultrapassavam a realidade concreta dos regimes históricos existentes. Evola, por exemplo, contesta a sua filiação ao regime fascista e nazista. Como escreverá em “O fascismo visto da direita” (2020), estes regimes teriam cumprido parcialmente com a concretização dos valores defendidos, aliando-se a valores terrenos e se corrompendo. Como se verá, os intelectuais ligados ao Tradicionalismo procuram, em geral, manter certa distância de cargos oficiais em governos, como forma de liberdade de ação e reserva moral de condução profética para a construção do projeto de mundo que defendem. Estão, nesse sentido, no fascismo e para além do fascismo, como expressa Umberto Eco a respeito do *fascismo eterno* ou *Ur-fascismo* (1995).

<sup>33</sup> O Tradicionalismo insere-se em uma longa tradição do pensamento reacionário e irracionalista, para alguns, iniciado como reação à Revolução Francesa e, tendo como maior expressão política o fascismo (Augusto 2017). Para outros (Vaz 2018), suas raízes são mais antigas: ele seria o desenvolvimento particular do *gnosticismo*, crença milenar, em geral conflitante com o desenvolvimento do cristianismo e do catolicismo na história europeia, que defende uma separação radical entre o mundo do espírito (ao qual apenas acede uma elite esclarecida) e o da matéria (lugar da maioria). Para os gnósticos, o mundo não seria obra da razão divina, mas de um demiurgo, distante do Ser Absoluto. Sendo uma realidade imperfeita, precisa ser alterada radicalmente

Evola é uma referência para Steve Bannon, estrategista-chefe do presidente americano Donald Trump e de Alain de Benoist, filósofo que é uma referência nos movimentos da ‘nova direita’ europeia com o Front Nacional de Marine Le Pen. No Brasil, a influência de Evola no campo ideológico se dá principalmente através do astrólogo Olavo de Carvalho (Augusto 2017, 2).

O 11 de setembro será incorporado por estes intelectuais como marco simbólico de uma nova realidade. Alain de Benoist (2001), por exemplo, embora crítico de um possível a-historicismo na definição de Huntington sobre o Islã e o Ocidente, incorpora o seu legado teórico para afirmar que o 11 de setembro demarca o fim do século XX. O debate entre outros dois representantes da Nova Direita e do Tradicionalismo, Olavo de Carvalho e Aleksandr Dugin, publicado sob o título “Os EUA e a Nova Ordem Mundial” (2012)<sup>34</sup>, também é emblemático, por situar o 11 de setembro e a tese do “choque de civilizações” segundo uma interpretação própria do horizonte Tradicionalista.

Aleksandr Dugin<sup>35</sup> é um intelectual russo, nacionalista e cristão ortodoxo, consultor informal de Putin, cuja ação política visa uma estratégia Eurasiana, unindo Rússia aos antigos territórios soviéticos e o Irã, contra o Ocidente e a liderança dos Estados Unidos. Esta ação tem como fundamento a proposta de uma “Quarta Teoria Política”, doutrina inspirada na superação dialética das três principais teorias políticas (Liberalismo, Socialismo e Fascismo).

Com base nesta proposta, Dugin defende a unificação das “civilizações telúricas”, baseadas na terra, contra as “civilizações atlânticas” (princípio que Dugin considera mais completo que a polaridade trabalho x capital), na construção de um mundo multipolar. Na defesa de uma “revolução conservadora” e tradicionalista, Dugin visa, então, unir as civilizações orientais “contra o Demiurgo mau, criador de um mundo condenado”, o Ocidente e o “mundo unipolar” liderado pelo Império dos Estados Unidos:

Ideologicamente a unipolaridade é baseada em valores do Modernismo e do Pós-Modernismo, valores esses que são anti-tradicionais. Compartilho da visão de René Guénon e Julius Evola, que consideravam a Modernidade e sua base ideológica (o individualismo, a democracia liberal, o capitalismo, o “confortismo” e assim por diante) como sendo a causa da futura catástrofe da humanidade, e o domínio das atitudes ocidentais como a razão da degradação final do planeta. O Ocidente está se aproximando de seu fim e não deveríamos permitir que ele levasse consigo ao abismo todo o resto. Espiritualmente, a globalização é a criação da Grande Paródia, o reino do Anticristo. E os Estados Unidos são o centro de sua expansão. Os valores americanos pretendem ser universais. Essa é a nova forma de agressão ideológica contra a multiplicidade de culturas e de

---

<sup>34</sup> O debate é organizado através de correspondência via internet, em rodadas de argumentação, réplica e tréplica. No espaço deste artigo, não há como entrar em detalhes sobre os pontos discutidos, sobretudo, quando, em grande parte, a discussão envereda por uma forma pouco dialógica, cheia de inconsistências de parte a parte, em um estilo retórico por vezes grosseiro, visando “derrotar o oponente” e cativar a plateia. Ensaaiemos apenas traçar os aspectos gerais do pensamento de cada um e os principais pontos da controvérsia.

<sup>35</sup> “Alexandre Dugin nasceu em 7 de janeiro de 1962 em Moscou em uma família de militares [...] No começo dos anos 1980, sendo um dissidente do regime comunista – que estava então em plena decadência –, entrou em contato com pequenos grupos tradicionalistas e com círculos político-literários de Moscou [...] É líder do Movimento Eurasiano Internacional e diretor do Centro de Pesquisas Conservadoras da Faculdade de Sociologia da Universidade Estatal de Moscou” (Dugin; Carvalho 2012, 08).

tradições ainda existentes em outras partes do mundo. Eu sou resolutamente contra os valores ocidentais, essencialmente modernistas e pós-modernistas e que são promulgados pelos Estados Unidos à força ou por invasão (Afeganistão, Iraque, hoje a Líbia, amanhã a Síria e o Irã). Assim, todos os tradicionalistas deveriam estar contra o Ocidente e a globalização e também contra as políticas imperialistas dos Estados Unidos. É a única posição consequente e lógica. Os tradicionalistas e partidários dos princípios e valores deveriam se opor ao Ocidente e defender o Resto, se esse “Resto” manifesta sinais de conservação da Tradição (Dugin in Dugin; Carvalho 2012, 116).

Olavo de Carvalho<sup>36</sup>, por sua vez, embora se baseie na mesma matriz de pensamento Tradicionalista, rejeita a estratégia eurasiana, pois ela seria expressão da *húbris* revolucionária, produto da modernidade. Ao contrário de Dugin, Carvalho enxerga o Ocidente dividido entre a hegemonia “globalista liberal” e formas tradicionais de vida que resistiriam a essa hegemonia, a exemplo da população cristã nos Estados Unidos e sua base de valores que, segundo ele, ao mesmo tempo é individualista (no sentido de contrária à intromissão do Estado, ou seja, autonomista) e solidária. Embora não seja otimista, trata-se de fazer esta tradição resistir e prosperar como base para um possível ressurgimento em aliança com outros tradicionalismos locais em uma frente contra as ideologias do globalismo e do totalitarismo.

Através desta síntese, torna-se perceptível, em primeiro lugar, a oposição declarada entre Carvalho e Dugin, cada qual apoiando um bloco civilizacional específico; e, em segundo, a aproximação entre Carvalho e Bannon, expressa no apoio concedido por eles ao magnata Donald Trump como liderança capaz de protagonizar uma luta contra o “globalismo liberal” e a favor da “classe trabalhadora tradicionalista” – que Bannon tende a confundir com os trabalhadores brancos, em um deslize sintomático do flerte com correntes de opinião supremacistas brancas<sup>37</sup> (Teitelbaum 2020).

Assim, na interconexão entre os três – Bannon, Carvalho e Dugin - é possível discernir como o paradigma do “choque de civilizações”, sem necessariamente guardar fidelidade total aos termos defendidos por Huntington, derivou para uma estratégia geopolítica civilizacional, moral-tradicionalista. Cada um destes atores é um vetor de iniciativas que visam reposicionar blocos de Estados-nação em um alinhamento cultural, político e econômico que tem como princípio a retomada de movimentos políticos radicais e autoritários de direita. Ademais, para além do choque entre as civilizações judaico-cristã e a muçulmana, inaugura-se um “choque interno” ao Ocidente, que ganhou expressão na eleição de governos de direita iliberais (Mounk 2019; Da Empoli 2019). Através de táticas de “guerra cultural” - contestação da ciência e da mídia oficial; criação de mídias

---

<sup>36</sup>Astrólogo e autointitulado filósofo, Carvalho tornou-se famoso por seu ativismo em redes sociais, influenciando militantes de extrema-direita e tornando-se um dos principais consultores e articulistas políticos do governo Jair Bolsonaro.

<sup>37</sup> Há, nesse ponto, uma proximidade com o pensamento de Huntington sobre a necessidade de preservar o legado cristão estadunidense contra a “invasão latina” (Botelho 2009)

---

alternativas; disseminação de teorias da conspiração e de *Fake News* – tem se ampliado a dimensão dos negacionismos históricos, no sentido de uma versão mítica da História, favorável ao manejo do ressentimento das massas através de lideranças populistas autoritárias, legitimadas como salvadoras das tradições fundamentais das nacionalidades e civilizações.

### Considerações finais

O 11 de setembro ocupa um lugar simbólico como acontecimento catalisador de teorias da conspiração e revisionismos históricos e como primeira grande *fake news* na geopolítica do século XXI que sustentou a acusação infundada de posse de armas de destruição em massa pelo Iraque, usada como justificativa para a invasão deste país. Ele foi um acontecimento que fortaleceu perspectivas de pensamento e ação que permaneciam em segundo plano desde a 2ª Guerra Mundial e o fim da União Soviética, como é o caso do autoritarismo iliberal, da justificação do racismo e do anticomunismo. Este fortalecimento foi articulado pelas afinidades entre a concepção do “choque de civilizações”, a partir do qual se desenvolvem as mais diversas propostas tradicionalistas.

Nos já mencionados estudos de Sedgwick (2004) e de Teitelbaum (2020), o grande público teve a oportunidade do contato inicial com as bases das vertentes francesa, americana e russa do Tradicionalismo. A obra torna-se naturalmente uma referência pela dificuldade existente em ter acesso aos textos que fundamentam a visão de mundo de estrategistas marginais nos círculos acadêmicos; mas, que, em caminhos geralmente pouco rastreáveis, impactaram o centro da política contemporânea. O Brexit; as eleições de Donald Trump (nos Estados Unidos), de Viktor Orban (na Hungria) e de Jair Bolsonaro (no Brasil); a vitória do Movimento 5 Estrelas, na Itália; e a política expansionista da Rússia, todos estes acontecimentos tiveram a influência direta ou indireta de personagens atípicas, como Steve Bannon, Olavo de Carvalho, Aleksandr Dugin, entre outros.

Para estes, trata-se de anunciar o início de um novo ciclo, no qual, o “retrocesso”, a busca de referências reacionárias e valores conservadores, é a fonte de um futuro criado pelo choque entre civilizações e pela destruição criativa do Capital sob a liderança das grandes fortunas de um neoliberalismo hegemônico. A tática de “guerra cultural”, em torno de temas que mobilizam ódio, medo e ressentimento, articula as ações humanas às narrativas que resultam na elisão das fronteiras entre História e Mito, úteis na construção de regimes e governos autoritários que, com base na desconfiança ou menosprezo à capacidade de escolhas racionais das massas em sistemas democráticos, fundam-se na sua mobilização em torno de símbolos, ritos e emoções.

Não há, nesse sentido, incompatibilidade entre o argumento civilizacional e o neoliberalismo, tendo em vista o fundo aristocrático comum, contido na ideia de democracia restrita ou procedimentalista – formulada, como conceito, por Schumpeter, mas similar às ideias

---

de Von Mises, Hayek, Friedman e Huntington sobre o tema - e que remonta, em sua origem, a intelectuais antissocialistas apoiadores do fascismo (Augusto 2016; 2017; Miguel 2016). Estas crenças e ações lançam o desafio de um tipo de combate intelectual e político permanente, concebido a partir da correção das limitações do atual modelo de democracia e da necessidade de fortalecer os acordos políticos distributivistas que erigiram o esboço de Estado de Bem-Estar Social desenvolvidos no século XX.

### Referências bibliográficas

- Alexander, James. *Vilfredo Pareto: the Karl Marx of Fascism*. 2005. Disponível em: <http://thule-italia.net/devi/devi/library.flawlesslogic.com/pareto.htm>.
- Ansell, Amy Elizabeth. “The New Right in the United States: color-blind discourse and the politics of reverse racism”. Em: *New Right, New Racism*. p. 74 – 141, London: Palgrave Macmillan, 1997. [https://doi.org/10.1007/978-1-349-13927-9\\_4](https://doi.org/10.1007/978-1-349-13927-9_4)
- Augusto, André Guimarães. “O Neoliberalismo Religioso e Aristocrático de Von Mises”. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 44, 2016: p. 86-110.
- Augusto, André Guimarães. “Visão de mundo aristocrática e a contrarrevolução conservadora”. In: *Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2017 De O capital à Revolução de Outubro (1867 - 1917)*, Niterói-RJ, 2017.
- Barnes, Harry Elmer. *The Genesis of the World War, an introduction to the problem of war guilt*. New York & London: Alfred A. Knopf, 1927.
- Benoist, Alain de. *L'ideas à l'endroit*. Paris. Editions Libres Hallier, 1979.
- Benoist, Alain de. “Pour un “ gramscismo de droite””. *Colloque national du GRECE*. Le Labyrinthe, Paris, 1982.
- Benoist, Alain de. “The Twentieth Century Ended September 11”. *Telos*, n.112, (Fall 2001): 113-133.
- Botelho, Teresa. “Quem são os americanos? O impulso neonativista de Samuel Huntington”. *Relações Internacionais (R: I)*, n. 24, (2009): p. 23-26.
- Cairo, Heriberto. “A América Latina nos modelos geopolíticos modernos: da marginalização à preocupação com sua autonomia”. *Caderno CRH*, v. 21, n. 53 (2008): 219-235. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792008000200003>
- Chiappin, José R. Novaes. *O paradigma das civilizações e a nova estratégia da contenção*. Coleção Documentos. São Paulo: IPEA/USP, 1996.
- Chomsky, Noam. *11 de setembro*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2002.
- Cruz, Natalia dos Reis. “Neofascismo e conspiracionismo brasileiro. A mídia sem máscara e o 'eixo do mal' “. *Rev. hist. comp.*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, (2019): 216-257.
- Da Empoli, Giuliano. *Os Engenheiros do Caos*. São Paulo: Vestígio, 2019.
- De Albuquerque, Edu Silvestre et al. “Nota de leitura – O choque das civilizações e a recomposição da nova ordem mundial”. *Revista de História Regional*, v. 5, n. 1, (2007): 225-236.
-

- Diamond, Sara. *Roads to Dominion: right-wing movements and political power in the United States*. New York; London: The Guildford Press, 1995.
- D'Souza, Dinesh. *The enemy at home: The cultural left and its responsibility for 9/11*. Broadway, 2008.
- D'Souza, Dinesh. *The Roots of Obama's Rage*. Regnery Publishing, 2011.
- D'Souza, Dinesh. *The Big Lie: Exposing the Nazi Roots of the American Left*. Simon and Schuster, 2017.
- Dugin, Aleksandr; Carvalho, Olavo de. *Os EUA e a Nova Ordem Mundial. Um Debate Entre Alexandre Dugin e Olavo de Carvalho*. Campinas: CEDET, 2012.
- Eco, Umberto. “Ur-Fascism”. *New York Review of books*, 22 de junho de 1995.
- Evola, Julius. *Ricognizioni – Uomini e Problemi*. Roma: Edizioni Mediterranee, 1985.
- Evola, Julius. *O fascismo visto da direita*. Edições Kindle, 2020.
- Fukuyama, Francis. “The end of history”. Em: *The national interest*, 1989.
- Gaspar, Carlos. *O Pós-Guerra Fria*. Lisboa: Tinta da China, 2016.
- Huntington, Samuel P. *The Soldier and the State*. Harvard University Press, 1957.
- Huntington, Samuel P. *Political Order in Changing Societies*. Yale University Press, 1968.
- Huntington, Samuel P. *A terceira onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo: Ática, 1994.
- Huntington, Samuel P. *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
- Korstange, Maximiliano. “The Legacy of Samuel Huntington in Terrorist Studies after 9/11”. *Crossroads*, v. 9, n. 2, (2010): 26-66.
- Lipstadt, Deborah E. *Negação, uma história real*. São Paulo: Universo dos Livros: 2017.
- Lora, Ronald; Longton, Williams Henry. *The Conservative Press in Twentieth-Century America*. Westport/Connecticut & London: Greenwood Press, 1999.
- Machado, Raphael. “Julius Evola e o quinto estado contra as desinformações dos pseudo evolianos neoliberais”. *novaresistencia.org*, 2019. <http://novaresistencia.org/2019/12/05/raphael-machado-julius-evola-e-o-quinto-estado-contra-as-desinformacoes-dos-pseudo-evolianos-neoliberais/>. Acessado: 12.08.2021
- Mello, Natália Nóbrega. *Dirigindo o desenvolvimento político: a produção teórica e a política externa dos Estados Unidos nas décadas de 1950 e 1960*. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2012.
- Meysan, Thierry. *Um plano para ampliar a supremacia americana: O “choque de civilizações”*. 2004. Disponível em: <https://www.voltairenet.org/article161066.html>.
- Miguel, Luis Felipe (org.). *Desigualdades e Democracia: o debate da teoria política*. São Paulo: Unesp, 2016.
- Mises, Ludwig von. *Liberalism in the classical tradition*. São Francisco, Cobden Press, 2002.
- Mounk, Yasha. *O povo contra a democracia: porque nossa liberdade corre perigo e como salvá-la*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- Nash, George H. *The Conservative Intellectual Movement in America since 1945*. Willmington: Intercollegiate Studies Institute, 2006.
-

Perrot, Michelle. *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

Regnery. *About Regnary Publishing*. Our Story. 2021. Disponível em: <https://www.regnery.com/our-story/> Acessado em: 15/06/2021.

Rocha, João Cezar de Castro. *Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político*. Goiânia: Editora e Livraria Caminho, 2021.

Said, Edward. “The Clash of Ignorance”. *The Nation*. October 4, 2001. Disponível em: <http://www.thenation.com/article/clash-ignorance>.

Santos, Frederico Rios, “O que se entende por Retórica da Guerra Cultural?”. *Domínios de Língua@gem*. Uberlândia. Vol. 15, n.1, (2021): p.180-227.

<https://doi.org/10.14393/DL45-v15n1a2021-6>

Schumpeter, Joseph. *Capitalism, socialism and democracy*. New York, Harper Perennial, 1976[1942].

Sedgwick, Mark. *Against the Modern World: Traditionalism and the Secret Intellectual History of the Twentieth Century*. New York: Oxford University Press, 2004. 370 p.

Souza, Bruno Mendelski de. “A construção do conceito de inimigo nos discursos de Osama Bin Laden no período de 1996 a 2004”. Dissertação, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

Teitelbaum, Benjamin R. *Guerra pela eternidade: o retorno do Tradicionalismo e a ascensão da direita populista*. Campinas, SP: Unicamp, 2020.

Vaz, João José Rosmaninho Loureiro. “De Alexandria ao identitarismo: presenças gnósticas na direita radical contemporânea”. Dissertação de Mestrado em Estudos sobre a Europa apresentada à Universidade Aberta, Portugal, 2018.

Vidal-Naquet, Pierre. *Os assassinos da memória: um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o revisionismo*. Campinas: Papyrus, 1988.

\*\*\*

Recebido: 25 de fevereiro de 2021

Aprovado: 15 de junho de 2021